

# ADPEMA



## Notícias

Informativo da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão

Nº 12 - 14/08/2015

## ADPEMA Notícias 12



---

14/08/2015 - Inscrições para Concurso de Teses e Práticas Exitosas do XII CONADEP encerram no próximo dia 17



### **Inscrições para Concurso de Teses e Práticas Exitosas do XII CONADEP encerram no próximo dia 17**

Defensores públicos de todo país têm até às 18h do dia 17 de agosto para se inscreverem no concurso de Teses e Práticas Exitosas do XII Congresso Nacional dos Defensores Públicos, que ocorrerá em Curitiba.

Ponto alto das edições dos congressos, os concursos são ferramentas para o intercâmbio de ideias e para a troca de informações acerca da atuação dos defensores públicos em todo o país. O concurso de teses visa fomentar a produção teórica sobre Defensoria Pública. Já o concurso de práticas exitosas tem por objetivo compartilhar internamente as experiências dos defensores.

Como forma de fomentar o desenvolvimento das teses e práticas exitosas pelos defensores do Maranhão, a Associação dos Defensores Públicos do Estado (ADPEMA) custeará as inscrições de 02 associados que inscreverem seus trabalhos no referido concurso. Caso haja inscrição de teses e práticas de mais de 02 associados, haverá sorteio. A ADPEMA já sorteu 10 associados que terão suas inscrições custeadas. Tanto os 10 já sorteados como os associados que inscreverem suas teses deverão inscrever-se normalmente no site do Congresso e enviar o boleto de pagamento para a ADPEMA até o dia 21 de agosto.

**O Congresso:** De 4 a 7 de novembro, a ANADEP, em parceria com a Associação dos Defensores Públicos do Paraná, promoverá o XII Congresso Nacional de Defensores Públicos. Sob o tema "Defensoria como Metagarantia: transformando promessas constitucionais em efetividade", o evento será realizado na Faculdade de Direito da Universidade Positivo do Paraná, em Curitiba. A ideia é reunir defensores públicos, juristas, estudantes e representantes da sociedade civil neste que é o maior evento da Defensoria Pública nacional. O Congresso deve ainda oportunizar o debate dos principais temas relacionados à Instituição e o papel do defensor público na sociedade.

Para se inscrever no XII Congresso Nacional dos Defensores Públicos, clique: <http://congressoanadep.com/>



Adotar uma criança é uma atitude desafiadora. Mas, convicto de sua missão profissional em assegurar direitos a quem vive à margem de garantias fundamentais, o defensor público Fábio Souza de Carvalho nunca imaginou ver uma de suas atuações na Vara da Infância e Juventude, de Imperatriz, se transformar em um caso de família. Foi assim que ele e a esposa, a magistrada Ana Paula Silva Araújo, acolheram três irmãos, na faixa etária de sete a nove anos, que há cerca de quatro anos institucionalizados, alimentavam a esperança de voltar a viver sob a proteção de um verdadeiro lar. O casal, que ainda não tem filhos biológicos, ajudou a diminuir a fila de adoção no estado, que conta hoje com 77 crianças aptas ao procedimento, destas 23 residentes na cidade tocantina, segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

“Elas (as crianças) eram filhas sem pais e eu era um “pai” sem filhos”, ponderou o defensor público ao se deparar com as duas meninas e um menino, em uma das audiências que acompanhava, na Casa da Criança, instituição que tem capacidade para aproximadamente 30 internos, até os 10 anos de idade. “Naquele dia, em especial, sussurrei para o juiz a respeito da minha intenção, ainda precoce. Antes de deixar a Casa, olhei para os meus futuros filhos e lhes disse: “nós ainda nos veremos muitas vezes”, lembrou Fábio Carvalho, que logo manteve contato com a esposa, manifestando o desejo de aumentar a família.

Do encontro, que mudaria sua vida, até a adoção, pouco tempo se passou. Ao conhecer as crianças, o coração da esposa do defensor público, tomado por um sentimento indescritível, logo se rendeu aos encantos dos órfãos. “Depois de alguns desencontros, relacionados a compromissos profissionais nossos, acertados anteriormente, liguei para minha esposa e disse: vá à Casa da Criança ver os seus filhos”, e quando ela os viu, me retornou dizendo: “meu bem, não tem volta. Seremos pais”, contou Fábio, que deu início ao processo, com a inscrição no programa de acolhimento familiar da Vara da Infância e Juventude. Em menos de cinco dias, os pretendidos pais apresentaram o requerimento de inscrição no CNA. “A atuação na Vara da Infância foi fundamental para a nossa decisão de adotar”.

Conforme informações repassadas pelo juiz Delvan Tavares de Oliveira, o processo de adoção é célere. Seguindo o exemplo de Fábio e Ana Paula, os pretendentes devem se submeter a um cadastro prévio, sendo necessário também resolver a situação da criança. A lei determina que primeiro deve-se tentar inseri-la no seio de sua família biológica. Caso não tenha sucesso, inicia-se o processo de destituição de poder familiar. “Há um confronto de dois direitos fundamentais da criança ou do adolescente: o de ser criado e educado na família natural e o da convivência familiar, ainda que em família substituta”, destacou o titular da Vara da Infância, da cidade tocantina.

Ainda segundo o juiz, existem em Imperatriz, 19 processos de habilitação de pretendentes em andamento e 23 interessados já cadastrados, fora os que já foram excluídos da lista de habilitação. Assim, existem 23 crianças e adolescentes aptos para serem adotados. De modo geral, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) participa de todos os processos de medida de proteção e de colocação em família substituta. No caso das ações de adoção, 9 foram ajuizados pela Defensoria. Ano passado foram realizadas 26 adoções de crianças acolhidas e 33 adoções de crianças não acolhidas, também chamadas de adoções dirigidas, onde os adotantes recebem a criança diretamente da mãe ou dos pais.

**Irmãos** - Levando para casa os três irmãos, o defensor público e a magistrada, titular da Vara da Mulher, em Imperatriz, seguiram o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu art. 28, §4º, incluído pela Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. O dispositivo estabelece que “os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais”.

Na avaliação de Fábio Carvalho, foi justamente o fato de estarem juntos que fez os irmãos suportarem os traumas advindos da infância interrompida. “Separá-los, portanto, seria um crime. Eram o esteio uns dos outros. Em razão do dispositivo legal, diversos pretendentes desistiram diante do desafio que é adotar três crianças quase que batendo às portas da adolescência”.

Para o juiz Delvan Oliveira, esse é um dos principais entraves do processo, a ausência de compatibilidade de perfis. “Ocorre que os casais ou pessoas preferem adotar crianças com até um ou dois anos de idade e as que estão disponíveis estão bem acima dessa faixa etária ou já são adolescentes”, ponderou, informando que Imperatriz, além da Casa da Criança, tem mais duas instituições – Casa de Passagem e Casa Lar, mantidas pelo poder público municipal, e a Casa Menina dos Olhos de Deus, custeada por uma igreja evangélica.

Fonte: ASCOM/DPE

---

## 14/08/2015 - Primeiro curso da ENADEP em parceria com ENAM/MJ bate recorde de inscrições

O curso "Fundamentos da Mediação para a Defensoria Pública" – uma parceria da ANADEP, Escola Nacional dos Defensores Públicos (ENADEP), Escola Nacional de Mediação (Enam/MJ) e Universidade de Brasília (UnB) ultrapassou as expectativas e recebeu um total de 5709 inscrições. Ao todo eram 4 mil vagas. As aulas terão início no dia 17 de agosto e término no dia 4 de outubro. A expectativa da Escola é formar uma nova turma em 2016.

O curso foi estruturado para capacitar os diferentes atores envolvidos em resolução consensual de conflitos nos contextos de atuação da Defensoria Pública. De acordo com o diretor da ENADEP, Gabriel Furtado, o curso será muito importante para ampliar e destacar a cultura de mediação e conciliação que já vem sendo promovida pela Defensoria Pública. O público alvo é composto por defensores públicos, servidores, estagiários e voluntários das Defensorias.

Seminários de Sensibilização: Para falar mais sobre o curso oferecido pela ENADEP e ENAM, a Escola Nacional dos Defensores Públicos realiza desde o último mês o seminário “Mediação: Um Novo Olhar sobre o Conflito” em cada uma das regiões do país. A ideia é mostrar ao público alvo sobre as particularidades do curso e também sobre os benefícios das aulas para a formação acadêmica do participante.

A capital Fortaleza (CE) recebeu a primeira edição do seminário, seguido de Belém (PA). Nesta sexta-feira (14), a capital escolhida foi Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Ainda haverá exposição nos seguintes locais:

**SUL:** 28 de agosto, em Santa Catarina;

**SUDESTE:** Belo Horizonte, em data a ser definida.

Fonte: ASCOM/ANADEP

## 13/08/2015 - Seminário Nacional sobre Mediação acontece em Belém



Foi realizado na última sexta-feira (07), em Belém, o seminário “Mediação: Um Novo Olhar sobre o Conflito”. O evento, organizado pelo Ministério da Justiça e Escola Nacional de Mediação (ENADEP), ocorreu no auditório da Defensoria Pública do Pará, e contou com a participação de vários defensores, servidores e estagiários da Defensoria Pública.

Na abertura do seminário estiveram presentes o defensor público geral do Pará, Luís Carlos Portela, do vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos do Pará, Sergio Lima e do diretor da ENADEP, Gabriel Furtado. À frente da programação, estavam as defensoras públicas Paula Ribeiro e Cristiane Chaves.

O objetivo do evento foi sensibilizar os Defensores Públicos do Estado para que se inscrevam no Curso de Fundamentos da Mediação para a Defensoria Pública. A ideia é mostrar ao público alvo sobre as particularidades do curso e também sobre os benefícios das aulas para a formação acadêmica do participante.

Segundo a defensora pública Paula Ribeiro, a receptividade do público foi muito boa, além de que muitos que tinham dúvidas a respeito do assunto puderam esclarecê-las com o seminário. “A receptividade em Belém foi bem calorosa. Muitos interagiram o tempo todo com o curso. Isso é muito bom porque o nosso objetivo em ter vindo aqui não foi para dar aula, mas sim para sensibilizar e despertar a importância da mediação dentro da Defensoria. E o mais legal é que a gente acaba tendo uma troca de experiências muito boa”.

O Diretor da ENADEP, Gabriel Furtado, explica que o foco geral é o melhoramento da eficiência no âmbito da mediação, sendo o curso, no primeiro momento, *online*. “O projeto nasceu com a necessidade de fomentar a temática da mediação em todas as defensorias públicas aqui do Brasil. Nessa perspectiva, bolamos cinco seminários regionais, um em cada região. Esses seminários acontecem paralelamente a um curso de ensino a distância que estamos fazendo em parceria com a ENAM e a Universidade de Brasília. É um curso para quatro mil vagas, já estamos com mais de cinco mil inscritos, mas ano que vem estamos com o objetivo de fazer novos trabalhos como estes”, destacou o defensor.

A Associação dos Defensores Públicos do Pará (ADPEP) apoiou a realização do evento, sendo representada no dia pelo seu vice-presidente, Sergio Lima. De acordo com ele, a iniciativa foi fundamental para o desenvolvimento e melhoramento da prática de mediação. “A mediação é uma das formas de autocomposição fundamental para a atuação do defensor, já que a solução extrajudicial de litígios é atuação prioritária no nosso trabalho, conforme afirmado pela Lei complementar 80. No entanto, é necessário conhecer e aplicar a boa técnica da mediação, já que acabamos lindando muitas vezes com questões extremamente íntimas das partes envolvidas, o que foge da atividade jurisdicional padrão”, comentou.

Belém foi a segunda cidade a receber o seminário, que será realizado em outras quatro regiões do Brasil. No próximo dia 14 será a vez do Centro-Oeste, na cidade de Mato Grosso do Sul. A região Sul sediará a programação na cidade de Santa Catarina, no dia 28 de agosto. E finalizando a turnê, a cidade de Belo Horizonte recebe defensores da região Sudeste, sendo que a data ainda será definida pela coordenação

Foi realizado na última sexta-feira (07), em Belém, o seminário “Mediação: Um Novo Olhar sobre o Conflito”. O evento, organizado pelo Ministério da Justiça e Escola Nacional de Mediação (ENADEP), ocorreu no auditório da Defensoria Pública do Pará, e contou com a participação de vários defensores, servidores e estagiários da Defensoria Pública.

Na abertura do seminário estiveram presentes o defensor público geral do Pará, Luís Carlos Portela, do vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos do Pará, Sergio Lima e do diretor da ENADEP, Gabriel Furtado. À frente da programação, estavam as defensoras públicas Paula Ribeiro e Cristiane Chaves.

O objetivo do evento foi sensibilizar os Defensores Públicos do Estado para que se inscrevam no Curso de Fundamentos da Mediação para a Defensoria Pública. A ideia é mostrar ao público alvo sobre as particularidades do curso e também sobre os benefícios das aulas para a formação acadêmica do participante.

Segundo a defensora pública Paula Ribeiro, a receptividade do público foi muito boa, além de que muitos que tinham dúvidas a respeito do assunto puderam esclarecê-las com o seminário. “A receptividade em Belém foi bem calorosa. Muitos interagiram o tempo todo com o curso. Isso é muito bom porque o nosso objetivo em ter vindo aqui não foi para dar aula, mas sim para sensibilizar e despertar a importância da mediação dentro da Defensoria. E o mais legal é que a gente acaba tendo uma troca de experiências muito boa”.

O Diretor da ENADEP, Gabriel Furtado, explica que o foco geral é o melhoramento da eficiência no âmbito da mediação, sendo o curso, no primeiro momento, *online*. “O projeto nasceu com a necessidade de fomentar a temática da mediação em todas as defensorias públicas aqui do Brasil. Nessa perspectiva, bolamos cinco seminários regionais, um em cada região. Esses seminários acontecem paralelamente a um curso de ensino a distância que estamos fazendo em parceria com a ENAM e a Universidade de Brasília. É um curso para quatro mil vagas, já estamos com mais de cinco mil inscritos, mas ano que vem estamos com o objetivo de fazer novos trabalhos como estes”, destacou o defensor.

A Associação dos Defensores Públicos do Pará (ADPEP) apoiou a realização do evento, sendo representada no dia pelo seu vice-presidente, Sergio Lima. De acordo com ele, a iniciativa foi fundamental para o desenvolvimento e melhoramento da prática de mediação. “A mediação é uma das formas de autocomposição fundamental para a atuação do defensor, já que a solução extrajudicial de litígios é atuação prioritária no nosso trabalho, conforme afirmado pela Lei complementar 80. No entanto, é necessário conhecer e aplicar a boa técnica da mediação, já que acabamos lindando muitas vezes com questões extremamente íntimas das partes envolvidas, o que foge da atividade jurisdicional padrão”, comentou.

Belém foi a segunda cidade a receber o seminário, que será realizado em outras quatro regiões do Brasil. No próximo dia 14 será a vez do Centro-Oeste, na cidade de Mato Grosso do Sul. A região Sul sediará a programação na cidade de Santa Catarina, no dia 28 de agosto. E finalizando a turnê, a cidade de Belo Horizonte recebe defensores da região Sudeste, sendo que a data ainda será definida pela coordenação

## 12/08/2015 - Esdep/MA realiza inscrições abertas para curso de Libras



A Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (ESDEP/MA), em parceria com o Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (CIAPD), comunica a abertura de inscrições para o Curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na modalidade de iniciação, para servidores, estagiários, parceiros e a comunidade em geral.

O curso acontecerá de 18 de agosto a 22 de outubro, nas terças e quintas das 14h às 17h, no auditório da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Serão disponibilizadas 30 vagas. As inscrições ocorrerão até o dia 14 de agosto de 2015, mediante envio do nome completo para o e-mail: [escolasuperior@dpe.ma.gov.br](mailto:escolasuperior@dpe.ma.gov.br)

Esta iniciativa ocorre no contexto da promoção dos direitos das pessoas surdas e da educação em direitos humanos, tendo como objetivo garantir a melhoria da comunicação e ampliar o acesso à informação, possibilitando a efetivação da inclusão social por meio da compreensão de Libras no sistema de garantia de direitos.

O curso está organizado em aulas teóricas e práticas. Será desenvolvido em 60 horas e envolverá atividades práticas e reflexivas sobre interlocução com a pessoa surda, em Libras, num contexto social inclusivo. Haverá, ainda, exposição de slides sobre a cultura e comunidade surda, bem como dramatização e aulas com CD-ROM.

---

## 12/08/2015 - Câmara aprova PEC 443 em 1º turno com inclusão dos defensores públicos



O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu nesta terça-feira (11) a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 443/09), de autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG), que vincula salários da Advocacia-Geral da União (AGU), das carreiras de delegado da Polícia Federal, de delegado de Polícia Civil dos estados e do Distrito Federal, defensores públicos dos estados e do Distrito Federal e dos procuradores municipais, a 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A matéria precisa ser votada ainda em segundo turno.

A diretoria da ANADEP, ao lado de representantes de 16 estados e do Distrito Federal, acompanhou todo o movimento da votação da PEC. Desde a última semana, a categoria esteve mobilizada no Congresso Nacional para dialogar com os parlamentares sobre a manutenção dos defensores públicos no texto da proposta. Além de atividades legislativas, a Associação Nacional fez uma campanha nas redes sociais sobre o tema. A ideia era desmitificar sobre a questão do impacto financeiro.

De acordo com o presidente da ANADEP, Joaquim Neto, o tema foi bastante discutido durante a assembleia geral extraordinária desta terça-feira (11) e ficou definido de que forma a categoria acompanhará o segundo turno de votação da PEC. "Deixamos claro para os deputados que o impacto financeiro seria mínimo. Vários estados já recebem a remuneração compatível com o texto aprovado pela PEC 443. Estamos buscando apenas a paridade para outros estados que vivem com uma realidade aquém. Abordamos também que a PEC 443 é indispensável ao equilíbrio do Sistema de Justiça, sendo essencial que todas as Funções Essenciais à Justiça sejam por ela contempladas", destacou o presidente da Associação Nacional

**Votação em 2º Turno:** Regimentalmente a PEC 443/2009 poderá retornar à pauta para votação em segundo turno após cumprir interstício de cinco sessões ordinárias. Ressalte-se, entretanto, que o presidente Eduardo Cunha (PMDB/RJ) condicionou a votação em segundo turno a prévia aprovação da PEC 172/2012, do Deputado Mendonça Filho (DEM/PE), que proíbe a transferência de encargos aos estados e municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio. A PEC, que faz parte do debate sobre Pacto Federativo, aguarda votação em Comissão Especial na Câmara dos Deputados e ainda necessitará de votação no Senado Federal. Existe a expectativa de que a proposta seja apreciada na Comissão Especial na próxima semana. Esse alerta foi feito na semana passada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

**Entenda:** A PEC original, de autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), foi aprovada na forma do substitutivo da comissão especial que analisou o tema. De acordo com o texto aprovado, o índice de 90,25% será usado para encontrar a maior remuneração da carreira. Como o subsídio do Supremo atualmente é de R\$ 33.763,00, esse teto vinculado seria de R\$ 30.471,10,



criando uma espécie de gatilho salarial. O texto prevê um escalonamento dos demais integrantes dessas carreiras, contanto que as diferenças entre um e outro padrão não sejam superiores a 10% ou inferiores a 5%.

Fonte: ASCOM/ANADEP

---

## 12/08/2015 - Sedihipop debate ações para coibir novos linchamentos em São Luís



O Defensor Público, Cleuber Monteiro, representando a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), participou, na última semana (05) de agosto, de reunião na Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) do Estado para discussão acerca de medidas a serem tomadas para coibir os reiterados casos de linchamento ocorridos no estado.

Representantes da Defensoria Pública do Estado, Ministério Público, entidades de direitos humanos e sociedade civil debateram providências para minimizar acontecimentos que envolvem linchamento. Um dos casos de maior repercussão foi a morte de Cledenilson Pereira da Silva que foi linchado por populares após, supostamente, tentar assaltar um bar no dia 06 de julho, no Jardim São Cristóvão, em São Luís.

Na próxima quinta-feira (13), às 10 horas, na sede da SEDIHPOP, foi marcada nova reunião para continuação da discussão sobre as medidas tomadas.

---

## 11/08/2015 - Defensoria Pública se enquadra como instituição ombudsman, afirma jurista

A Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef) consultou o professor de Direito Constitucional da UERJ e pós-doutor pela Yale Law School, dr. Daniel Sarmento acerca de diversas questões relativas ao regime jurídico da Defensoria Pública da União, especialmente em razão da aprovação das Emendas Constitucionais 74/2013 e 80/2014. O documento foi entregue em uma reunião na tarde da última terça-feira (28), da qual estiveram presentes o Defensor Público-Chefe do Rio de Janeiro, Romeu César Ferreira Fontes; e os defensores públicos Thales Arcoverde Treiger e Óscar Giorgi Ribeiro Batista.

Em seu parecer, Sarmento destaca que a Defensoria Pública desempenha um papel vital, no cenário de uma sociedade tão desigual como a brasileira. “Assim, sem uma Defensoria Pública forte, bem estruturada, com recursos materiais e humanos adequados para o desempenho de sua missão constitucional, fica comprometido o gozo de todos os direitos fundamentais dos indivíduos e grupos hipossuficientes e vulneráveis”, afirma o jurista.

Para a presidente da Anadef, Michelle Leite, o parecer destaca que a estruturação adequada da defensoria é um direito fundamental do cidadão mais necessitado. “A aprovação das duas emendas fortalece a instituição, mas sua efetivação ainda enfrenta resistência, por isso nos apoiamos em fundamentos jurídicos para não prejudicar o processo de estruturação da Defensoria Pública e alcançarmos, definitivamente, todas as unidades jurisdicionais do país”, destaca a presidente.

Com um histórico que remonta à atuação de funcionários públicos chineses na dinastia Qin, no século II A.C., a figura do ombudsman foi disseminada e recriada em várias partes do mundo. Para Sarmento, as características institucionais e a missão constitucional da Defensoria Pública da União permitem o seu enquadramento como ombudsman. “O desempenho da função de ombudsman pela Defensoria está delimitado pelo escopo das suas finalidades institucionais, que se ligam especialmente à defesa de indivíduos e grupos hipossuficientes e vulneráveis”.

Além das características de ombudsman, a Defensoria tem atuação que não são franqueadas à advocacia, como as prerrogativas de intimação pessoal nos autos e de contagem em dobro dos prazos processuais, a possibilidade de requisição a autoridades públicas de documentos, perícias, vistorias e diligências, e a realização de inspeções nos estabelecimentos penais, com livre acesso a todas as dependências e à documentação dos presos e internos. Em suma, o papel institucional dos defensores públicos não corresponde ao exercício da advocacia, a Defensoria Pública tem várias outras funções, ligadas especialmente à garantia dos direitos humanos dos grupos vulneráveis.

## **Autonomia funcional, administrativa e financeira**

O jurista destaca que a promulgação da EC nº 80/2014, além de apartar claramente a Defensoria Pública da advocacia, fortalece ainda mais a instituição ao explicitar em sede constitucional o seu caráter permanente, a sua ligação visceral com o regime democrático, o seu papel na defesa dos direitos humanos, a sua atuação extrajudicial e legitimidade para a defesa de direitos coletivos.

“Com tais emendas, objetivou-se robustecer a Defensoria Pública, assegurando-lhe verdadeira blindagem institucional perante os demais poderes, contra os quais ela tem, frequentemente, que pelear em prol das camadas socialmente vulneráveis da população. Essa autonomia, diga-se de passagem, é essencial para o efetivo cumprimento da sua missão constitucional”, diz o documento.

De acordo com o parecer, a necessidade de autonomia financeira é reforçada pela EC nº 80/2014, que estabeleceu, o prazo de oito anos para a efetiva instalação da instituição em todas as seções judiciárias do país. “Para se dar cumprimento a esse importante comando constitucional, será essencial dotar a instituição com os recursos indispensáveis para viabilizar a sua significativa ampliação, o que certamente não ocorrerá caso se permita ao governo que continue interferindo nas propostas orçamentárias apresentadas pelo Defensor Público-Geral Federal”, destaca o jurista.

Nessa matéria, aliás, os defensores-gerais dos Estados também desfrutem da mesma iniciativa privativa, no plano do processo legislativo estadual. Portanto, pode-se afirmar que “o Defensor Público-Geral Federal detém iniciativa privativa para leis que disponham sobre a organização da Defensoria Pública da União, que estabeleçam normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, e que visem à alteração do número de membros da Defensoria Pública da União, criação e extinção dos seus cargos, a remuneração dos Defensores Públicos Federais e dos servidores da instituição”, explica o documento.

## 11/08/2015 - Relatório final da CPI do Sistema Carcerário atende demandas da ANADEP



O relatório final da CPI Carcerária através da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário, concluído na última quarta-feira (5), foi aprovado por unanimidade com o parecer final pelo deputado Sérgio Brito (PSD/BA).

No documento apresentado, os integrantes da CPI sugerem a apresentação de 20 propostas legislativas que devem ser apreciadas pela Câmara e pelo Senado para melhorar o sistema carcerário no país. A Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) participou ativamente dos trabalhos da CPI, com acompanhamento de visitas dos parlamentares aos presídios, envio de dados e de documentos aos deputados membros da Comissão com sugestões de mudanças no quadro atual.

A presidente da ADPEMA e diretora para Assuntos Legislativos da ANADEP, Clarice Binda, ressalta a importância desse trabalho. "A Defensoria Pública, como órgão de execução penal, tem um papel decisivo na melhoria do sistema prisional do país. Procuramos levar aos parlamentares da CPI a experiência vivida pelos defensores públicos de todo o país para construção da evolução do sistema, lembrando que o principal público dos presídios são os usuários dos serviços da Defensoria."

Entre as principais recomendações feitas pela ANADEP e que estão no documento:

**Registro de nascimento dos filhos de presos:** O projeto "Fortalecendo os vínculos familiares (DPE/MA)" idealizado pelo presidente da ANADEP, Joaquim Neto, e pelo diretor da ANADEP, Gabriel Furtado, tem por objetivo fornecer, num só dia, certidões de nascimento e registros de paternidade de filhos de presos do estado que, com os documentos, passam a poder recebê-los em dias de visita.

**Concretização da EC 80/2014 e derrubada do PLP 114:** Garantir a assistência judiciária ao preso, por meio da Defensoria Pública, ampliando o quadro da defensoria nos estados com

prioridade para o atendimento dos detentos provisórios, com a efetivação da Emenda Constitucional n. 80/2014, e também através da derrubada do veto ao PLP 114/2011;

**Fortalecimento financeiro das Defensorias Públicas e do quadro de apoio** (assistentes sociais, psicólogos, sociólogos) para atuarem prioritariamente em estabelecimentos prisionais e delegacias de polícia, por meio da inclusão da Defensoria Pública na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme previsto no PLP 114/2011;

**Normatizar as visitas íntimas:** entendendo estas como parte importante da ressocialização. Nesse sentido prever a proibição de visita em espaços coletivos na presença de outros detentos e crianças;

**Extinguir a revista íntima vexatória:** Investir em tecnologia e capacitação dos agentes penitenciários, uniformizar as regras incidentes sobre as visitas – tanto as permisivas quanto as proibitivas.

**Estabelecer políticas públicas para o atendimento das demandas específicas das mulheres presas:** privilegiando ações voltadas à saúde e assistência jurídica e social, inclusive capacitando os funcionários de unidades femininas, ainda, assegurando progressivamente a alocação de agentes femininos e guardas dos pavilhões e a realização de visitas íntimas e familiares.

Segundo o presidente da CPI, deputado Alberto Fraga (DEM/DF), ainda entre as sugestões de propostas legislativas estão a que obriga a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para os estados e para o Distrito Federal e a que determina a transferência de recursos do Funpen para os municípios que tenham estabelecimentos penais em sua jurisdição. De acordo com Fraga, as medidas propostas pela CPI só serão colocadas em prática se houver vontade política.

## 10/08/2015 - AMMA convida defensores a participarem de coleta de sangue na sua sede social



A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) realizará no dia 21 de agosto, a partir das 08 horas, coleta externa de sangue em parceria com o Centro de Hematologia do Maranhão-HEMOMAR. A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) foi convidada a participar, com colaboração de seus associados em tão importante iniciativa.

A proposta da ação da AMMA é despertar a consciência da sociedade para a importância da coleta de sangue através da participação expressiva da comunidade jurídica maranhense.

Os interessados em participar bastam comparecer ao endereço da sede social da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), que fica localizada na Avenida Luís Eduardo Magalhães, número 20, Calhau, ou podem enviar nome completo para o email [secretaria@adpema.com.br](mailto:secretaria@adpema.com.br) para posterior repasse a Secretaria da AMMA.

Contamos com a presença de todos os defensores associados a fim de contribuir para ações das entidades associativas parceiras.

## 10/08/2015 - ADPEMA realiza integração entre Defensores Públicos e adolescentes em jogo de futebol



Com o objetivo de promover a integração de atores do Sistema de Garantia de Direitos e os adolescentes em conflito com a lei, a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) realizou, no último sábado (07), o 1º Torneio de Futebol entre Defensores Públicos e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Unidade Provisória do Canaã, no bairro do Vinhais.

O evento esportivo foi um ato simbólico contra a redução da maioria penal promovido pela ADPEMA em parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão (FUNAC). A ação contou com a colaboração dos defensores públicos Cleuber Monteiro, idealizador do evento; Antônio Agnus Boaventura, membro da Comissão de Esportes da ADPEMA; e Murilo Guazelli, titular da Vara da Infância e Ato Infracional.

A Presidente da ADPEMA, Clarice Binda; a Presidente da FUNAC, Elisangela Cardoso; a Diretora Técnica da FUNAC, Lucia das Mercês, prestigiaram os jogos e vibraram com as vitórias dos times. Em jogos acirrados, os times, que eram compostos por defensores e adolescentes juntos, enfrentaram-se em empolgantes partidas. O time “Proteção integral” alcançou o 1º lugar, ficando o time “Não à Redução” em 2º lugar, e o “Prioridade Absoluta” em 3º lugar.

De acordo com Clarice Binda, "este torneio simboliza o aprofundamento da discussão sobre a problemática que a PEC 171/1993 tenta solucionar de forma equivocada e midiática. Além disso, a ADPEMA reforça que esta é a primeira de muitas parcerias com a FUNAC com o fim de promover o fortalecimento da rede de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes do nosso estado.", declara.

Ao final dos jogos, a ADPEMA ofereceu um lanche aos adolescentes e realizou a premiação com medalhas de bronze, prata e ouro a todos os integrantes dos times. Participaram da ação os defensores públicos Cleuber Monteiro, Murilo Pereira P. Guazelli, Francisco das Chagas Barbosa da Silva; Werther de Moraes Lima Junior, Dario André Cutrim Castro, Rodolpho Penna Lima Rodrigues; Gabriel Soares Furtado, Vinicius Carvalho Goulart Reis, Thiago Manoel Amin Cavalcante Castro e Carlos Eduardo Araújo Rebouças Chagas.

Ver edições anteriores »



*Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão*  
*Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP*  
*65075-740*  
*Tel./Fax: (98) 3199-6194*  
*Cel: (98) 987583882*  
*secretaria@adpema.com.br*